

“Conflitos sócioambientais na gestão pública do meio ambiente em Catalão-GO”

Autores:

José Eduardo Gomides, MSc., Doutorando em Planejamento e Gestão Ambiental
Sueli Corrêa de Faria, Dr.-Ing., Professora Titular da Universidade Católica de Brasília

Universidade Católica de Brasília – Campus II (Asa Norte)
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento e Gestão Ambiental
SGAN 916 Norte – Módulo B – Sala A-202
Brasília-DF 70790-160

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO
- 2 REVISÃO DA LITERATURA
- 3 METODOLOGIA
- 4 ANÁLISE DOS DADOS
- 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

RESUMO

O processo de urbanização do município de Catalão-GO, ocorreu de forma muito rápida, com crescimento acelerado da população no período de 1970-2000 e substituição, no cenário econômico local, da agricultura extensiva e pecuária pelas empresas de mineração, montadoras de máquinas e veículos, e agricultura intensiva. Desenvolvendo-se de forma desordenada, em flagrante desrespeito à legislação ambiental e urbanística, esse processo tem sido pontuado por diversos tipos de conflitos sócio-ambientais, os quais comprometem a sustentabilidade do desenvolvimento local e a qualidade de vida dos cidadãos.

A análise de dois casos recentes de conflito – os casos Parmalat e da Matinha da Skol -, acompanhada de uma pesquisa de campo com aplicação de questionários abertos e fechados e realização de entrevistas com atores de atuação destacada na comunidade, possibilitaram uma caracterização das formas de participação social existentes; identificação das categorias de atores sociais e do seu grau de conhecimento e envolvimento com questões ambientais; e indicação das ações consideradas como prioritárias para colocar o município da rota do desenvolvimento sustentável, dentro dos princípios preconizados pela Agenda 21.

PALAVRAS-CHAVE

Conflitos sócio-ambientais, Agenda 21 Local, participação social, desenvolvimento local sustentável, atores sociais.

1 INTRODUÇÃO

A implementação de uma Agenda 21 em Catalão, um município localizado na Macrorregião Sudeste, na parte sul do estado de Goiás, é almejada por lideranças políticas e governantes locais como uma forma possível de colocar o mesmo na rota do desenvolvimento sustentável. Em apoio à elaboração dessa Agenda, a pesquisa cujos resultados são aqui relatados buscou identificar o grau de interesse e o potencial de participação dos munícipes, em geral, para viabilizar o processo, de modo que a Agenda venha a se constituir, brevemente, no verdadeiro instrumento orientador das ações futuras em prol do desenvolvimento municipal (GOMIDES, 2001).

A urbanização de Catalão ocorreu de forma rápida, com a quaduplicação da população urbana - de 15.384 para 57.560 habitantes - no período de 1970-2000, em decorrência da substituição da agricultura extensiva e pecuária pelas empresas de mineração, montadoras de máquinas e veículos e agricultura intensiva, no cenário econômico local, em meados da década de 70. O município assustou-se com o processo de industrialização, gerado a partir da constatação de que em seu subsolo encontram-se grandes e valiosas reservas de Fosfato, Nióbio, Titânio, Vermiculita, Terras Raras e outros minerais. Apesar do seu tamanho populacional, a cidade não conta com um plano diretor que ordene a ocupação do território, conforme exige a Constituição.

A análise de dois casos recentes de conflito socioambiental – os casos Parmalat e da Matinha da Skol -, acompanhada de uma pesquisa de campo com aplicação de questionários abertos e fechados e realização de entrevistas com atores de atuação destacada na sociedade local, possibilitou uma caracterização das formas de participação social existentes; a identificação das categorias de atores sociais e do seu grau de conhecimento e envolvimento com questões ambientais; e a indicação das ações consideradas como prioritárias para que o desenvolvimento se torne mais sustentável, sob as premissas da participação social ampla, disseminação e acesso à informação, e descentralização de decisões e ações, preconizadas pela Agenda 21 Brasileira (MMA, 2000).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento local sustentável

Ao construir uma Agenda 21 Local, o município é levado a exercitar o planejamento de seu próprio desenvolvimento, no longo prazo. Primeiramente, formula e traça uma estratégia de implementação de políticas públicas voltadas para o alcance do cenário de desenvolvimento desejado pela população local, consideradas as vulnerabilidades e potencialidades de sua situação econômica, social, cultural e ambiental. A Agenda permite que se estabeleça uma estratégia de desenvolvimento voltada para a consecução do crescimento econômico com equidade/justiça social e preservação do meio ambiente. A partir dessa visão de futuro, o município orienta os investimentos em seu espaço territorial, elaborando planos de ação para cada setor, cuja execução é devidamente monitorada e avaliada, de modo a corrigir desvios e gerar subsídios para o processo contínuo de planejamento.

A construção de parcerias e envolvimento de todas as categorias de atores sociais na construção de uma Agenda 21 Local requer a criação de instrumentos e espaços para participação ampla; transparência e facilitação do acesso às informações; definição clara de limites de competência; identificação de ações que envolvam as pessoas em assuntos de seu interesse, aproveitando seus conhecimentos e estabelecendo ligações entre o que elas

conhecem e um contexto mais amplo; e, acima de tudo, o compromisso de se aprender com os erros (MMA, 1998).

A Agenda 21 Local é um projeto de mudança no padrão de desenvolvimento local, incorporando as premissas do desenvolvimento sustentável, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população e garantir um futuro melhor às próximas gerações.

A crescente e rápida urbanização não tem dado tempo para que as cidades brasileiras de estruturarem e, assim, os déficits de infra-estrutura e outras carências básicas têm aumentado de forma socialmente injusta, acarretando intensa degradação do meio ambiente e da qualidade de vida da população. Em consequência dessa urbanização acelerada, o processo de produção e consumo de bens e serviços tem provocado situações muitas vezes irreversíveis de desequilíbrio ambiental, devido à falta de um planejamento de longo prazo (SILVA, 1997).

Para compreender a problemática ambiental urbana é preciso entender, de acordo com Xavier (1992), que o meio urbano é um sistema complexo, resultado das alterações e intervenções humanas no meio natural, cujo principal caráter é o de interligação e interdependência entre elementos artificialmente criados. As cidades são, hoje, um espaço em crise. E cidades de porte médio, como Catalão, têm diversificado sua economia, seja pela expansão do parque industrial e desenvolvimento da agricultura circundante, seja pelo aumento do consumo e alterações culturais decorrentes das migrações. Um ponto característico desse tamanho de cidade é a competição pela criação de empregos industriais, que tem levado as prefeituras a renunciar à cobrança de impostos, agravando o desequilíbrio orçamentário municipal e impossibilitando a necessária expansão da infra-estrutura viária e de saneamento, e dos serviços básicos de saúde, habitação e educação.

De acordo com Teixeira & Teixeira (1998), os principais problemas urbanos brasileiros são: uma crescente urbanização (migração rural/urbana), ocasionada pela diminuição de atividades primárias; um aumento da mão-de-obra não especializada oriunda do setor primário da economia; necessidade de mão-de-obra qualificada para trabalhar nos setores secundário e terciário; grandes desigualdades sociais; dependência econômica; aumento do consumo per capita de recursos naturais, bens de consumo e serviços. A reflexão sobre esses pontos leva a sociedade/comunidade a desenvolver consciência crítica e a buscar melhores condições de vida.

O desafio da gestão urbana atual encontra-se expresso no paradoxo do crescimento econômico versus conservação do meio ambiente. E a principal proposta desenhada para enfrentá-lo é o desenvolvimento local integrado e sustentável, entendido como um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens competitivas Franco (1998).

2.2 Participação Social

A participação social é destacada no Princípio 10 das estratégias para o desenvolvimento descritas na Agenda 21 global (CNUMAD, 1992), assim como por Miller (1997), Carvalho (1998) e Pereira (2000), como um elemento vital para o êxito do planejamento do desenvolvimento sustentável e fonte onde se devem abastecer os planejadores, para prevenir e minimizar resistências e conflitos sociais. Isso porque ela habilita e coloca em ação os atores sociais nos papéis de promotores e supervisores de seu próprio desenvolvimento; ajuda a resolver conflitos sócioambientais e a criar bases comuns para a negociação entre os atores

envolvidos; representa uma oportunidade para a aprendizagem social e a inovação; favorece o comprometimento dos movimentos sociais; e pode fortalecer as instituições locais em sua capacidade administrativa.

De acordo com Carvalho (1998), a participação, a democracia, o controle social e a parceria não são, porém, conceitos com igual significado para os diversos atores envolvidos. A evolução dos mecanismos da participação social atravessou os anos 70, tempos de profundas mudanças econômicas e políticas, quando a educação popular abriu espaços para a construção do conhecimento coletivo e a democratização do ensino. Os anos 80 culminaram com a Constituição de 1988, com a qual se conquistou o direito a ter direitos; direito a participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade. Os anos 90 firmaram os traços básicos para o alcance da gestão democrática, em especial no tocante à autonomia dos municípios, com a efetiva participação social.

2.3 Tipologia de atores sociais

Miller (1997) coloca que os atores sociais são as pessoas, as corporações e as instituições que têm interesse em uma determinada área geográfica, seja porque vive no lugar ou depende de alguma coisa daquele lugar, ou simplesmente porque gosta da área.

Borrini-Feyerabendt (PEREIRA, 2000) concorda com essa definição, mas ressalta que nem todos os atores estão igualmente qualificados e interessados em participar do processo de gestão de uma área. Ele propõe uma classificação em que são identificadas 26 categorias de atores sociais, a saber: 1 - Indivíduos; 2 - Famílias; 3 - Grupos tradicionais; 4 - Grupos de base comunitária; 5 - Autoridades tradicionais locais; 6 - Autoridades políticas locais com mandatos legais; 7 - Organismos não governamentais pertencentes a diferentes comunidades; 8 - Instâncias de governos locais; 9 - Agências com jurisdição legal sobre a área; 10 - Agências governamentais locais e de serviços; 11 - Organizações não governamentais; 12 - Instâncias de partidos políticos; 13 - Organismos religiosos; 14 - Organizações de interesse nacional ou de classe; 15 - Organizações de serviços; 16 - Associações culturais e de voluntários de vários tipos; 17 - Empresas comerciais e de negócios; 18 - Universidades e organizações de pesquisa; 19 - Bancos locais e instituições de crédito; 20 - Autoridades governamentais locais e regionais; 21 - Governos nacionais; 22 - Organizações supranacionais; 23 - Agências externas de apoio ao desenvolvimento; 24 - Pessoal e consultores de projetos e programas pertinentes; 25 - Organizações Internacionais; 26 - Uniões internacionais.

Pereira (2000) coloca que a distribuição dos atores sociais nessas categorias contribui para a definição de estratégias específicas e que é possível, tanto acrescentar novos atores a essas, como ampliar a participação daquelas categorias de atores que, no momento, não estejam representadas ou atuando de forma significativa na área em que se realiza o planejamento. Assim, considerando a dinâmica das cidades, outros atores poderiam ser envolvidos, gerando maior diversificação de visões e, conseqüentemente, novas propostas, conhecimentos e habilidades; mas também contribuindo para reduzir possíveis conflitos de interesse e posturas reativas no desenvolvimento do projeto de elaboração de uma Agenda 21 local.

2.4 Conflitos sócioambientais

A implementação da Agenda 21 exige que se criem condições efetivas para uma gestão descentralizada e participativa. Entende-se que a efetiva implantação de políticas baseadas nos princípios da cidadania ativa – no sentido de ser o indivíduo portador de direitos e deveres – é o caminho para a criação de uma consciência ambiental mais consistente.

Segundo Borja (1993), a crise das cidades é uma crise de suas funções, onde se sente o efeito da degradação da qualidade de vida e do meio ambiente pelo uso intensivo da cidade e pelas limitações de ordem política e financeira, que dificultam o atendimento e manutenção de infraestrutura. Essa crise reflete uma crise de governabilidade de territórios com diversidade de coletividades e entes locais e confusão de competências entre os distintos níveis institucionais. Em decorrência dela estabeleceu-se uma crise de integração sociocultural, que diz respeito às populações que perderam identidade coletiva ou que estão à margem dos mecanismos de prestação de serviços e de participação social.

A cidade moderna tem características diferentes do modelo fechado proposto na Idade Média. Ela traz em seu bojo movimentos dialéticos e contraditórios, das diversidades, dos fragmentos e das singularidades. É também polarizadora de serviços e trabalho, reflexo e produto da segregação capitalista. Os problemas ambientais das cidades são reflexos de uma realidade onde o acirramento das diferenças sociais avaliza o recrudescimento das condições de vida das populações mais pobres e o crescimento das demandas e necessidades dos mais ricos. Assim, se por um lado tem-se uma maior deterioração do meio ambiente pelas ocupações de baixa renda, que acabam utilizando-se de espaços desprezados pelos investimentos públicos, áreas de risco e locais de interesse ambiental; por outro lado, pode-se dizer que a crescente demanda consumista, que se manifesta de forma mais clara entre os mais ricos, gera uma demanda ambiental cada vez maior em benefício do individual (PRAZERES, 1998).

A esses fatores acrescenta-se o crescimento descontrolado da população urbana, que gera déficit habitacional, sobrecarga no meio ambiente; a massificação cultural; e a corrupção que afeta os poderes representativos da população. Essa situação tem como consequência uma redução da segurança pública, aumento da violência urbana e afastamento de investimentos financeiros em áreas prioritárias, que por sua vez levam à exclusão social e aos conflitos sócioambientais.

O caminho da participação e da sustentabilidade não é simples nem isento de conflitos. Conforme Rather (2000), a busca da sustentabilidade leva a tensões e conflitos sociais. Pedrozo & Silva (2001) colocam que, além da dificuldade de se conceber todos os seres humanos como iguais, há ainda a necessidade de se rediscutirem os valores que fundamentam as formas de pensar e agir das pessoas.

Os conflitos sócioambientais, em sua maioria, estão ligados a um contexto mais amplo e têm a ver com a realidade social, econômica e política da região onde se desenvolvem. Trata-se de um importante fenômeno que representa um barômetro das relações sociais e econômicas existentes em torno do uso, acesso e aproveitamento dos recursos naturais. Suas características, descritas por Aguilar et al (1999), são: Complexidade e Interdependência, Especificidade e Variedade de Cenários; Contínuos e Evolutivos; Transcendem os limites políticos e geográficos; Envolvem grandes quantidades de informações técnicas e científicas; Incerteza Técnica; Ligados a grandes riscos; Interesse Público; Interesses não representados.

Em geral, os principais atores envolvidos em conflitos sócioambientais, segundo o mesmo autor, são: Governos, Comunidades Rurais, Igreja, Empresas, Comunidades Indígenas, Universidades e ONG's. Portanto, são atores coletivos e não homogêneos. Nas situações de conflito há, em geral, diferença no nível de conhecimento; diferença de recursos e poder; diferentes aspectos culturais envolvidos; problemas de representatividade. Os temas mais frequentes dos conflitos envolvem: uso e acesso a áreas protegidas; territórios indígenas; contaminação de recursos naturais; concessões florestais; delimitação de área agrícola; recursos pesqueiros; recursos hídricos; mineração; manejo de resíduos sólidos.

3 METODOLOGIA

O método utilizado para atingir os objetivos deste trabalho é composto de três etapas, complementares e inter-relacionadas. Primeiramente, buscou-se analisar conflitos sócioambientais que tivessem desempenhado um papel significativo na história recente de Catalão, de modo a verificar como a população local reage a situações reais que possam afetar sua saúde, bem-estar e qualidade de vida em geral. Em seguida, partiu-se para o levantamento do grau de conhecimento dos atores sociais locais sobre desenvolvimento sustentável e Agenda 21. E, por fim, na terceira etapa, foi realizado um levantamento do interesse potencial da população local em participar ativamente da construção da Agenda 21 Municipal, colecionando-se assim os elementos necessários à elaboração de sugestões para que esse processo ocorra dentro da premissa da participação social ampla, preconizada pela Agenda 21 Global e pela Agenda 21 Brasileira.

Na Etapa 1, foram identificados, como os conflitos sócioambientais mais significativos da história recente de Catalão, dois casos que motivaram um grande envolvimento da população local:

- (i) a destinação inadequada de rejeitos no Ribeirão Pirapitinga por parte da empresa Parmalat Indústria e Comércio de Laticínios Ltda; e
- (ii) o desmatamento e loteamento da Matinha da Skol, localizada na área central da cidade, a qual abriga uma nascente perene do Ribeirão Pirapitinga, espécies arbóreas características de matas de galeria e uma área brejosa.

No primeiro caso, a escolha deveu-se à importância do conflito como marco de mudança no estágio de conscientização ambiental dos munícipes; pelo impacto econômico causado pela retirada da empresa do município e conseqüente fechamento de vários postos de trabalho; pela grande repercussão na mídia; e, finalmente, pela relativa facilidade de acesso à informação, dado ter sido esse conflito um objeto de ação civil pública.

A identificação das causas do caso Parmalat, ocorrido em 1998, bem como dos níveis de envolvimento e formas de participação presentes, foi feita com base na documentação constante do processo de ação civil pública impetrado pelo Ministério Público e em artigos publicados na imprensa escrita; entrevistas com cinco ex-empregados da empresa e doze membros da comunidade envolvidos direta ou indiretamente no conflito; e visita às antigas instalações da empresa. Como a Parmalat desativou seu escritório em 2000, a identificação dos ex-funcionários, que foram entrevistados, deu-se a partir de abordagem direta dos moradores do bairro Santo Antônio, onde a empresa estava instalada.

O segundo caso retratado tem sua importância refletida no fato de ter desencadeado o envolvimento de diferentes atores sociais interessados no uso da área em disputa – a Matinha da Skol -, localizada na região central cidade, o que permitiu identificar um certo grau de crescimento da preocupação com o meio ambiente no município. A análise do conflito foi orientada por entrevistas com o Chefe do Departamento Municipal de Meio Ambiente de Catalão, representantes das empresas imobiliárias envolvidas e três proprietários de lotes no mesmo bairro; e pela leitura de documentos e mapas de demonstração.

No processo de identificação e levantamento das causas e níveis de participação social presentes nos dois casos analisados, além da análise da documentação pertinente, foram utilizadas entrevistas estruturadas abertas com representantes das diversas categorias dos atores sociais que estiveram, direta ou indiretamente, envolvidos no conflito.

No desenvolvimento da Etapa 2, referente a um levantamento do grau de conhecimento dos atores sociais locais sobre desenvolvimento sustentável, planejamento participativo, Agenda 21 e outras questões ligadas a meio ambiente, foi empregado um método quantitativo. Para tanto, elaborou-se um questionário fechado em que, para cada pergunta, eram oferecidas categorias ou alternativas de respostas fixas e escalas de atitude, as quais permitiram medir a intensidade das opiniões ou das reações do indivíduo frente a um determinado assunto. Esse procedimento, segundo Martins (1994), é o mais indicado para o levantamento de opiniões junto a uma população alvo constituída por um grande número de indivíduos.

Após a realização de um teste qualitativo com um grupo de dez pessoas, o questionário foi aplicado a uma amostra estratificada por grau de escolaridade, composta por 600 indivíduos, correspondentes a 5% do universo amostrado dos aproximadamente 12.000 indivíduos com escolaridade mínima em nível fundamental, os quais constituem cerca 20,85% da população urbana atual de Catalão, de 57.560 habitantes (IBGE, 2001). O universo da pesquisa quantitativa ficou assim distribuído: ensino fundamental – 155; nível médio – 255; superior incompleto – 135; superior completo – 55.

Na Etapa 3 do trabalho, buscou então identificar e classificar os atores sociais com potencial de envolvimento efetivo na formulação de uma Agenda 21 local. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas. As pessoas entrevistadas foram selecionadas em virtude de sua atuação destacada e trabalhos realizados em prol da comunidade de Catalão. Os atores selecionados foram classificados de acordo com o método de Borrini-Feyerabendt para identificação e categorização de atores sociais, descrito no item anterior. Procurou-se ouvir representantes de cada categoria de atores, de um total de nove categorias identificadas em Catalão, tendo sido realizadas cinquenta entrevistas.

4 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

4.1 Os conflitos sócioambientais mais significativos da história recente de Catalão

- O caso Parmalat

Atores Sociais envolvidos: CAMOC – Conselho das Associações de Bairros de Catalão; Parmalat Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.; Ministério Público; SANEAGO – Companhia de Saneamento de Goiás S/A; FEMAGO - Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás.

Antecedentes

A Parmalat Indústria e Comércio de Laticínios Ltda instalou-se em Catalão a partir da aquisição da Indústria de Laticínios Teixeira. Produzia queijo, requeijão e manteiga, gerando cerca de cento e cinquenta empregos diretos e aproximadamente quinhentos empregos indiretos, além de recolher impostos e tributos municipais e estaduais.

O conflito sócioambiental teve sua origem no fato de a empresa lançar os efluentes líquidos gerados em seus processos industriais no Ribeirão Pirapitinga, que corta toda a cidade. Nesse curso d'água, os efluentes industriais juntavam-se aos efluentes sanitários do município e eram então conduzidos a um sistema de tratamento em forma de lagoas de estabilização, implantado pela Companhia de Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO). Essas lagoas, localizadas nas proximidades de quatro bairros residenciais, passaram a exalar um odor intenso e contínuo em toda a área, que somado ao aparecimento de vários insetos, começou a trazer grande desconforto aos moradores.

Desenvolvimento do conflito

Em fevereiro de 1998, o CAMOC, representando os moradores dos bairros situados nas proximidades das lagoas de estabilização, depois de buscas infrutíferas junto à direção da Parmalat para sanar o problema do lançamento indevido de seus efluentes líquidos, encaminhou um abaixo assinado ao Ministério Público relatando a situação e pedindo providências. O Ministério Público deu início a um processo de coleta de dados, solicitando informações técnicas à SANEAGO e FEMAGO sobre o processo de tratamento de efluentes líquidos utilizado em Catalão.

Na resposta da SANEAGO, a causa do forte odor e aparecimento de insetos era atribuída ao uso inadequado do sistema de tratamento de efluentes domésticos por parte da empresa Parmalat. Informava-se que a capacidade de tratamento de carga orgânica das lagoas girava em torno de 200 a 300 mg/l e que, nas medições realizadas pela Companhia, fora identificada uma carga orgânica que variava entre 2.550 e 3.690 mg/l, caracterizando assim esgoto industrial. Essa carga excessiva estava prejudicando a eficiência do sistema de tratamento. A FEMAGO, por sua vez, informou o Ministério Público de uma série de irregularidades, como a degradação da vida aquática do Ribeirão, cujas águas apresentavam alterações nos parâmetros de cor, de oxigênio e índice de coliformes fecais bem acima dos limites permitidos pela legislação.

Em abril de 1998, a Parmalat foi notificada pelo Ministério Público, que requisitou dela o fornecimento das seguintes informações: autorização do órgão competente ou licença ambiental para que lançasse os dejetos orgânicos em Estação de Tratamento de Esgotos (ETE); comprovação da existência de um sistema de controle sobre a carga orgânica lançada na ETE e discriminação das mesmas. A empresa informou o esquema de tratamento adotado, mas a licença ambiental não foi apresentada pelo fato de encontrar-se com data vencida. Assim, naquele mesmo mês, foi decidida a ação civil pública em desfavor da Parmalat, com base no artigo 129, inciso III, e no artigo 225 da Constituição Federal, bem como do artigo 14 da Lei 6.938, de 31/08/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente). Da decisão constava: determinar a imediata cessação dos lançamentos por parte da Indústria de efluentes sanitários ou industriais na ETE; cominar multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil) reais para o caso de descumprimento da medida liminar proposta; adquirir e empregar, no prazo de seis meses, tecnologia de maior eficiência para tratamento prévio de despejos industriais; adotar medidas necessárias para recompor e manter a vida aquática do Ribeirão; fazer prova em juízo trimestralmente durante dois anos, das medidas adotadas em relação aos pedidos de não lançar efluentes sanitários ou industriais e medidas de recompor a vida aquática; apresentar Licença Ambiental em juízo no prazo de seis meses. A empresa entrou com recurso, alegando que o tempo para o cumprimento dos pedidos era demasiadamente curto e que o sistema de tratamento de efluentes utilizado atendia as exigências ambientais. Em 1999, a FEMAGO não renovou a Licença Ambiental requerida pela empresa sob a alegação de que continuava o processo de lançamento indevido de efluentes.

Término do Conflito

A empresa firmou, em março de 2000, um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, comprometendo-se a desencadear o plantio de árvores, elaborar e distribuir uma cartilha com orientações sobre preservação do meio ambiente, patrocinar projetos de educação ambiental. Embora esses procedimentos tenham sido cumpridos, continuaram pendentes as medidas corretivas para lançamento de efluentes líquidos e a apresentação da licença ambiental. No final de 2000, a empresa desativou e transferiu sua

unidade de industrialização, pois não conseguiu acordo para prorrogação dos prazos constantes para execução dos pedidos e a não suspensão da multa diária.

Formas de participação dos atores interessados

No período em que perdurou o conflito, a população envolvida acompanhou todo o desenrolar do processo por meio de notícias em jornais e rádio, participando das audiências públicas e promovendo manifestações na Câmara Municipal.

- O caso Matinha da Skol

Atores Sociais envolvidos.

Prefeitura Municipal de Catalão, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Sociedade civil (futuros proprietários), Empresas do mercado imobiliário.

Antecedentes

Com uma área de novecentos metros quadrados, a Matinha da Skol está localizada na região oeste de Catalão, rodeada por bairros residenciais. Abriga uma nascente perene do Ribeirão Pirapitinga, espécies arbóreas características de matas de galeria e uma área brejosa. Essa região vinha apresentando um processo rápido de expansão e valorização, que despertava o interesse do mercado imobiliário em implantar novos loteamentos, com vistas a atender um mercado crescente, decorrente do processo de industrialização da cidade. Por sua vez, a Prefeitura Municipal de Catalão e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente tinham interesse na efetivação das áreas de preservação permanente da Matinha, cumprimento o que determina o Código Florestal.

Desenvolvimento do Conflito

O Ribeirão Pirapitinga, que corta toda a cidade e abastece várias propriedades rurais no município de Catalão, tem uma de suas nascentes localizada dentro da Matinha da Skol, o que levou a Prefeitura a realizar um estudo para delimitação da área como unidade de conservação. Esse fato veio a desencadear especulação no mercado imobiliário, aumentando o valor comercial dos terrenos nas proximidades da Matinha e a insatisfação dos proprietários de lotes na região, uma vez que as medições realizadas com o estudo comprovavam uma invasão desses lotes sobre a área de preservação permanente.

Término do Conflito

Várias reuniões foram realizadas entre representantes da Prefeitura e proprietários de lotes, tendo ficado acertado que a área da Matinha seria cercada. Todavia, encontra-se ainda em aberto como será solucionada a reposição e/ou indenização dos lotes considerados irregulares. O processo de transformação da Matinha da Skol em unidade de conservação de âmbito municipal ainda aguarda regulamentação legal por parte das autoridades competentes.

Formas de participação dos atores envolvidos.

A forma de participação dos atores sociais no caso da Matinha da Skol ficou restrita à participação em reuniões fechadas, a que poucos proprietários compareceram e apenas alguns poucos apresentaram resistência à criação da unidade de conservação. Não houve envolvimento dos meios de comunicação e a comunidade como um todo não tomou conhecimento do processo.

4.2 Grau de conhecimento do atores sociais locais sobre desenvolvimento sustentável, participação cidadã, Agenda 21 e meio ambiente

Os resultados do levantamento realizado em uma amostra de 5% da população urbana com escolaridade mínima de nível fundamental são apresentados abaixo.

	Sim	Não
Você sabe o que é Desenvolvimento Sustentável?	22%	78%
Você sabe o que é Agenda 21?	20%	80%
É importante a participação popular na gestão municipal?	92%	8%
Acompanha os trabalhos/projetos da Prefeitura Municipal?	27%	73%
Acompanha os trabalhos da Câmara Municipal de Vereadores?	25%	75%
Gostaria de participar de um processo de Planejamento Participativo Municipal?	85%	15%
Participa de algum grupo religioso, associação, cooperativa e/ou clube de serviço?	39%	61%
Conhece alguma norma e/ou lei sobre meio ambiente?	43%	57%

	Fraco	Regular	Bom	Desconhece
Atuação do Gov. Federal em relação ao meio ambiente	64%	31%	5%	-
Atuação do Gov. Estadual em relação ao meio ambiente	63%	33%	4%	-
Atuação do Gov. Municipal em relação ao meio ambiente	63%	31%	6%	-
Como percebe a participação popular na Gestão Municipal	58%	35%	7%	-
Como percebe a participação da Igreja em relação a problemática ambiental	41%	30%	6%	23%
Como percebe participação das Escolas em relação a problemática ambiental	37%	31%	10%	22%
Como percebe participação das Empresas em relação a problemática ambiental	25%	40%	11%	24%
Como percebe participação das Empresas Comunicação em relação a problemática ambiental	42%	28%	5%	25%

	Vontade Política	Vontade Comunidade	Comuni- cação	Todos
O que falta para obter uma maior participação popular na gestão municipal?	21%	30%	6%	43%

	Sim	Em Parte	Não
Sabe o que é Planejamento Participativo?	20%	28%	52%

	Sim, já li	Sim, já ouvi falar	Não conheço e não sei o que significa	Não conheço e nem li, mas já ouvi falar
Conhece e/ou leu a Lei Orgânica do Município?	7%	30%	24%	39%

4.3 Potencial para participar da formulação da Agenda 21 Local

Com base no método criado por Borrini-Feyerabendt, foram identificadas nove categorias de atores sociais no município de Catalão, a saber: 1 - Instâncias de governos locais; 2 - Instância dos partidos políticos; 3 - Organizações de interesse nacional ou de classe; 4 - Organizações de serviços; 5 - Organismos religiosos; 6 - Organizações governamentais; 7 - Universidade e centro de ensino; 8 - Indústrias; e 9 - Empresas de comunicação. Todavia, a pesquisa não descarta a possibilidade de ampliação dessas categorias em futuro próximo, em virtude da dinâmica de crescimento do município.

Os resultados das entrevistas foram aglomerados em palavras/expressões em função da maior frequência obtida, identificando-se assim áreas chave e, a partir daí, definindo-se os valores percentuais apresentados abaixo.

1- Qual o seu pensamento sobre meio ambiente?	%
. é o meio onde vivemos, a natureza	36%
. meio ambiente envolve a natureza, a cidade, as pessoas	44%
. os rios e as matas	20%

2 - Quais os principais problemas ambientais de Catalão?	%
. falta de local para armazenar lixo	12%
. falta de água para abastecimento urbano	20%
. desmatamento para produção de grãos com uso de defensivos agrícolas	26%
. verticalização das empresas mineradoras já instaladas	20%
. construção de barragens nas propriedades rurais	12%
. queimadas	10%

3 - Como percebe a preocupação ambiental por parte da população catalana?	%
. fraca, pois falta conscientização e participação	48%
. não há conhecimento sobre a questão ambiental	36%
. está despertando, começando a se preocupar	16%

4 - Quando se fala em Agenda 21, qual a sua opinião?	%
. não sei o que significa	24%
. é um projeto importante e útil para o futuro	30%
. é uma proposta política	20%
. é uma parceria entre o governo e a comunidade	26%

5- Que dificuldades poderão ser encontradas para implantar Agenda 21 em Catalão?	%
. não vejo dificuldade alguma	4%
. resistência por parte das empresas e indústrias aqui instaladas	32%
. poder público com pouca disposição	28%
. falta de educação e consciência ambiental da população	16%
. não há participação, envolvimento e parcerias entre órgãos interessados.	20%

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de caracterizar os conflitos sócioambientais mais significativos do município de Catalão-GO e as formas de participação social existentes, com vistas a gerar subsídios para a elaboração de uma Agenda 21 Local que lhe sirva de orientação segura na busca do desenvolvimento sustentável.

Da análise dos conflitos é possível deduzir que foram uma decorrência indesejável de um processo acelerado de industrialização e da urbanização rápida e sem planejamento, somados à ausência de fiscalização e controle de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente, por parte do poder executivo local.

Do levantamento das formas de participação dos atores sociais locais pode-se concluir que:

- só há mobilização para participação social em momentos esporádicos, ou seja, quando os problemas ambientais se tornam comuns a uma ou várias categorias de atores, atingindo seus interesses particulares; e
- a busca de sensibilização e apoio da opinião pública através dos meios de comunicação; a realização de reuniões fechadas com as partes conflitantes; e a elaboração de documentos reivindicatórios e acionamento dos órgãos municipais, estaduais e judiciais competentes são as formas de participação mais frequentes.

O que se percebe é que os atores sociais se mobilizam para acompanhar e apresentar alternativas para resolução dos conflitos.

Com base no questionário fechado aplicado a 5% da população escolarizada do município reconhece-se que a população local possui um baixo grau de conhecimento das questões ambientais e pouco comprometimento com as atividades típicas de um cidadão.

Quanto ao potencial de envolvimento dos atores sociais mais destacados na comunidade, na formulação da Agenda 21 local, verificou-se que os mesmos não possuem a mesma opinião, conhecimento e conscientização sobre os problemas ambientais do município. Por outro lado, é perceptível a maior preocupação desses atores com o crescimento econômico.

Diante dos dados coletados e analisados no processo de pesquisa, identificados nos casos relatados, nos resultados do questionário aplicados e das entrevistas realizadas, fica evidente que várias ações ainda são necessárias para levar Catalão a implantar uma Agenda 21 local. Essas ações devem passar por uma mudança na forma de se obter a participação e comprometimento da população. Assim, será necessário desencadear programas de sensibilização e educação ambiental voltados para a conscientização dos atores sociais sobre os problemas ambientais e a proposta do desenvolvimento sustentável; estabelecer parcerias entre os diversos atores sociais; e rever a disposição política das autoridades municipais para implantação de processos participativos de gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUILAR, Alejandra et al. Conflictos sócio ambientales em América Latina: uma vision desde La Red Mesoamericana de Manejo de Conflictos Sócio Ambientales. I Reunion Del Comitê Directivo Del Programa. Universidad para la Paz. Costa Rica, 1999.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 21. Projeto PNUD-BRA/94/016. Disponível em: <[http:// www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) > Acesso em 14 abr.2001.

BORJA, Sérgio Luís. Ecologia política e ecodesenvolvimento. 5 p. 199? 5 p. Disponível em: <[http:// www.revistaturismo.com.br/noticias](http://www.revistaturismo.com.br/noticias)>. Acesso em: 17 mai.2001

Catalão fonte de crescimento ano 2000. Elaborado pela Associação Comercial e Caixa Econômica Federal. Catalão, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Participação social no Brasil hoje. 24 p. 1998. Polis Integras. Disponível em:< <http://www.polis.org.br> > Acesso em: 15 abr.2001

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. Planejamento ambiental para a cidade sustentável. São Paulo: Annablume/ FAÉSP, 2000.

GOMIDES, José Eduardo. Participação social e conflitos sócioambientais na formulação de uma Agenda 21 para o município de Catalão-GO. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental. 2001. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2001.

MILLER, Kenton R. Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

PEDROZO, Eugênio Ávila, SILVA, Tânia Nunes. Desenvolvimento Sustentável, abordagem sistêmica e as organizações. 22 p. 1999. Disponível em: < [http:// www.read.adm.ufgrs](http://www.read.adm.ufgrs) > Acesso em: 12 abr. 2001.

PEREIRA, Tarcisio Proença. Definição de objetivos e visão de futuro como contribuição à gestão biorregional no município de Alto Paraíso-GO. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. 2000. 85 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2000

PRAZERES, Luciana Martins. A interface social e seus desafios para gestores de política ambiental nas cidades. Encuentro Internacional de La ciudad de México. 1998. 25 p. Disponível em: < [http:// www.idra.ca/lacro/docs/conferecias/mexico](http://www.idra.ca/lacro/docs/conferecias/mexico) > Acesso em: 12 abr. 2001.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade – uma visão humanista. 6 p. 2001. Disponível em: <<http://www.lead.org.br> > Acesso em: 17 abr. 2001.

TEIXEIRA, Ivandi Silva, TEIXEIRA, Cleide Regina. Uma abordagem participativa do planejamento urbano. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário –

Florianópolis, 1998. 12 p. Disponível em: < <http://www.geodesia.ufsc.br> > Acesso em: 10 abr. 2001.